

Um defensor da educação primária

Em sua carreira universitária, o professor Pedro Lincoln Matos, 46 anos, esteve do lado de dentro e do lado de fora do balcão. Até 1980, ia constantemente a Brasília, em nome da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), lutar por recursos para a instituição. A partir de 1980, como secretário-geral-adjunto do ministério nas administrações do general Rubem Ludwig e de Estêvão de Figueiredo Ferraz, ele atendia às universidades que buscavam recursos. Em um caso e em outro, defendia as universidades.

Hoje, depois de concluir sua tese sobre o financiamento da educação no Brasil, diz o professor que dificilmente exerceria os mesmos papéis:

— Se eu tivesse que batalhar

por recursos, hoje, iria procurar beneficiar o setor fundamental, a educação das crianças e adolescentes. Não me sentiria bem batalhando apenas pela universidade.

Ele afirma que, como a universidade teve maior poder de pressão, quer por causa das greves estudantis, quer porque os militares precisaram contentar os professores para fazer boa figura, acabou levando quase todo o bolo dos recursos federais durante o período estudado, de 1964 a 1984.

— Para se ter uma idéia, o ministro Passarinho pregou a garantia da escola pública gratuita para todas as crianças dos 7 aos 14 anos e só conseguiu que pouco mais de 70% desses alunos chegassem à escola em 1974. E foi o que mais avançou na questão do ensino fundamental. Enquanto isso, a universidade brasileira, que em 1964 tinha 142.368 alunos, chegou a 1984 com 1,436 milhão de alunos. Os próprios governos militares estabeleceram como meta garantir vaga na universidade para 1 milhão de estudantes e

superaram a meta em mais de 40% — conta ele.

Por causa dessa inchação da universidade e do descaso com o ensino fundamental — “O Mobral foi criado em 1969 e só começou a funcionar em 1972 porque os recursos para o programa foram desviados para garantir a reforma universitária”, lembra Pedro Lincoln, durante os 20 anos estudados o ensino primário teve apenas 41% dos recursos do Ministério da Educação. O ensino secundário teve 4,3% e a universidade, 42%.

— Muitos poderão dizer que a educação primária e secundária cabe aos governos estaduais, mas sabemos que no Brasil, nesse período sobretudo, todos aguardavam recursos do governo federal e o salário-educação, que respondia na época por 30% do ensino fundamental, teve muitos dos seus recursos desviados, como me informaram diversas pessoas, para a Previdência, quando as professoras primárias ficavam meses no interior sem receber seus salários — diz o professor.